

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE REFERÊNCIA DA MEMÓRIA DO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

ADENDO Nº 1

Evaristo C. Pimenta

Este texto visa a ampliar o item 7 – Metodologia – do *Projeto de Implantação do Núcleo de Referência da Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho* no que se refere ao emprego da metodologia de História Oral. Busca-se, de maneira geral, o estabelecimento dos marcos teórico-metodológicos pertinentes à técnica em questão, bem como a elaboração dos procedimentos e convenções necessários à realização de entrevistas e posterior processamento das suas transcrições.

Os objetivos de reconstituir a biografia, a trajetória acadêmica e profissional, assim como os modos de pensar do Professor Paulo Neves de Carvalho esbarram em dois obstáculos elementares. O primeiro deles diz respeito à inexistência de trabalhos sistemáticos sobre a sua biografia. Não obstante tenha sido ele um homem público, visto que atuou junto à administração pública e que lecionou em diversas instituições, há poucos registros sobre sua trajetória de vida. A proeminência profissional e a admiração proporcionada pelo seu caráter renderam-lhe eventualmente homenagens por parte dos seus pares, amigos e alunos. Dessas homenagens resultaram discursos e depoimentos que fornecem algumas informações de cunho biográfico. Todavia, é preciso se levar em conta o fato de que a natureza fragmentária dos dados disponíveis impõe, invariavelmente, consideráveis “zonas de obscuridade” à história de vida de Paulo Neves de Carvalho quando observada pela perspectiva contemporânea.

O segundo obstáculo imposto à pesquisa tem a ver com a diminuta produção bibliográfica de Paulo Neves de Carvalho no âmbito acadêmico. Essa particularidade impõe enormes dificuldades à reconstituição das ideias, posicionamentos e lições do professor nos diversos contextos históricos atravessados pela sua longa atuação como administrador, mestre e pensador.

Se por um lado existem poucos registros documentais capazes de pormenorizar as ideias de Paulo Neves de Carvalho, por outro há uma infinidade de impressões deixadas por elas nas memórias das pessoas com quem conviveu e a quem influenciou

intelectualmente. Portanto, a pesquisa desenvolvida lida com um objeto de estudo sobre o qual há poucas fontes escritas, isto é, faltam-lhe documentos constituídos e institucionalizados. É nesse sentido que a metodologia de História Oral mostra-se um meio viável para se atingir os objetivos almejados.

1 - História Oral, usos e definições

A História Oral é, grosso modo, um procedimento metodológico que busca construir, a partir de entrevistas induzidas e estimuladas, fontes e documentos históricos (NEVES, 2006, p. 15). Ela se presta, por assim dizer, a atuar numa via dupla, isto é, registrando uma história que se pretende preservar, ou suprimindo a ausência de documentos, de modo a permitir a realização de análises sobre acontecimentos que não se encontram registrados. Desse modo, pode-se, por exemplo, registrar as impressões de pessoas anônimas sobre uma época, seja para um estudo em particular (cf. THOMPSON, 2005) ou para preservação, como fazem muitos programas e associações de História Oral de diversos países (THOMPSON, 1992, p. 89-94); estudar a trajetória e o desempenho de elites políticas, como se faz no programa de história oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas ou, ainda, reconstituir e consolidar a história de um movimento social que permanecia diluída nas memórias de seus militantes (cf. LANNA, 2010).

A matéria-prima da História Oral é algo imaterial e a princípio intangível: a memória. Além de incomensurável, a memória é de natureza mutante, pois carrega consigo significados de vida que se mantém e eventualmente se renovam. A memória alicerça identidades e consciências, sejam elas individuais ou coletivas. Desse modo, é elemento constitutivo do auto reconhecimento humano enquanto pessoa, comunidade ou nação. Em suma, o conceito de memória não é homogêneo, possuindo múltiplos significados (NEVES, 2006, p. 38-39).

A memória possui fundamentalmente duas facetas. A primeira delas refere-se a um conjunto de funções psíquicas a partir das quais o ser humano pode registrar e atualizar impressões ou informações passadas (LE GOFF, 2003, p. 419). Sob essa ótica, a memória é, antes de tudo, uma faculdade individual, isto é, ela pertence intimamente à pessoa que vivenciou uma experiência ou presenciou um acontecimento. A segunda face da memória diz respeito ao seu caráter coletivo. Segundo Maurice Halbwachs, as

memórias individuais se distribuem invariavelmente no interior de grupos ou sociedades dos quais são visões parciais (HALBWACHS, 2006, p. 71). Pode-se, assim, distinguir dois tipos essenciais de memória, uma individual e uma coletiva ou, de acordo com a tipologia proposta por Halbwachs, uma *memória pessoal* e uma *memória social* (HALBWACHS, 2006, p. 73).

Cumprir observar, contudo, que muitas vezes as memórias, sejam elas individuais ou coletivas, podem ser indiretas ou de “segunda mão” (THOMPSON, 1992, p. 181). Assim, as memórias da infância remota de uma pessoa se apoiam em grande medida na imagem formada pelas descrições repetidas exaustivamente pelos familiares que presenciaram determinado acontecimento (HALBWACHS, 2006, p. 43). De maneira parecida, a memória de um grupo ou sociedade poder ser transmitida pela via da tradição, de modo que indivíduos preservem memórias de eventos que não presenciaram. Entretanto, como justificaremos mais adiante, as memórias transmitidas por meio da oralidade através das gerações – as tradições orais – não são objeto de interesse da História Oral.

Importa ressaltar que a memória não se confunde com a história. A memória, como vimos, é essencialmente uma faculdade pertencente a indivíduos e grupos. Das memórias pode-se extrair impressões individuais ou coletivas na quais eventualmente encontram-se vestígios e pistas úteis a uma investigação em particular. Portanto, do ponto de vista da historiografia, as memórias são tomadas como fontes de informação. A história, por sua vez, pode ser entendida, grosso modo, como a perspectiva do pesquisador profissional que se debruça sobre as marcas deixadas pela ação do homem ao longo do tempo – dentre elas as memórias – a fim de construir representações sobre elas.

No entanto, apesar da distinção mencionada, não se deve perder de vista o fato de que história, tempo e memória são processos intrinsecamente interligados (NEVES, 2006, p. 17). Alguns autores, como Pierre Nora, entendem que a História, sendo uma produção intelectual do saber, torna-se um processo destruidor da memória. Segundo ele, uma vez encerrada em um documento, a memória é anulada pela ambição explicativa da história que se pretende universal e relativizante (NORA, 1993, p. 09). Contudo, outros autores, como Jaques Le Goff, afirmam que memória e história alimentam-se mutuamente ao ponto de se confundirem, pois, afinal, seriam ambas contraposições ao esquecimento

(LE GOFF, 2003, p. 471). Em linha similar, Norberto Guarinello afirma que a oposição entre memória e história é falsa, pois a história enriquece as representações possíveis da memória coletiva. Para ele, história e memória são processos diferentes, porém nunca opostos (GUARINELLO, 1994 apud NEVES, 2006, p. 70).

Torna-se claro, portanto, que a memória é uma fonte fértil de informações, mas de difícil uso e tratamento. Face ao caráter multifacetado da memória, a História Oral dialoga necessariamente com outras áreas do conhecimento tais como a sociologia, antropologia e psicanálise para a produção dos roteiros de entrevistas e na própria condução dos depoimentos (NEVES, 2006, p. 16). A contribuição da psicanálise é sobremaneira importante, visto que durante as entrevistas de história oral o entrevistador deve possuir um ouvido perspicaz para as sutilezas da memória e da comunicação. Dessa forma, o pesquisador também precisa estar atento àquilo que não está sendo dito, conferindo assim, significado aos silêncios (THOMPSON, 1992, p. 204-205).

É importante se ter em conta que a História Oral lida com graus bastante consideráveis de subjetividade. Para ilustrar essa afirmação, partimos da distinção realizada por Maurice Halbwachs entre memória e lembrança. Para o autor, a lembrança é o ato de evocar uma memória. Segundo ele, a lembrança é, mais especificamente, “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo do presente (...)” (HALBWACHS, 2006, p. 91). Logo, fica evidente que testemunhos de um mesmo sujeito podem variar em função do tempo. Além disso, por vezes a memória se organiza de maneiras peculiares. Um fenômeno comum é a condensação de dois ou mais eventos distintos em apenas um (THOMPSON, 1992, p. 182). Cabe assim ao pesquisador possuir a sensibilidade para percebê-lo e tentar separar os eventos, levando o interrogatório mais a fundo ou, caso verifique o problema posteriormente, esclareça a confusão na transcrição da entrevista por meio de uma nota explicativa. A subjetividade que para muitos pode soar como a grande fraqueza da História Oral pode ser tomada, na realidade, como informação valiosa. Assim, o que um informante acredita ter acontecido é tão fato quanto o que “realmente” aconteceu (THOMPSON, 1992, p. 183), na medida em que a subjetividade – desde que percebida – torna-se ela própria um dado igualmente válido para o pesquisador atento e criativo. Como observa Thompson, mesmo os boatos não sobreviveriam, a menos que fizessem sentido para quem os dissemina (THOMPSON, 1992, p. 184).

2 – Fidedignidade e credibilidade dos depoimentos de História Oral

Há então de se perguntar: o quão fidedigna é a evidência oral? Se partíssemos das premissas positivistas da Escola Metódica alemã – que desde o século XIX professava uma pretensa história científica –, assumiríamos que o conhecimento objetivo na História reside somente nas fontes primárias, de preferência oficiais. Seguindo essa linha, C.V Langlois e Charles Seignobos, afirmavam categoricamente, na França, em 1868: “Não há substitutos para os documentos: se não há documentos, não há história” (THOMPSON, 1992, p. 79.). Todavia, desde há muito – sobretudo após a década de 1920, com o surgimento da Escola do Annales, na França –, questiona-se a objetividade absoluta tanto dos documentos oficiais, quanto de outras fontes primárias tais como jornais, correspondências etc. Afinal, coleções de documentos preservadas em arquivos não são disponibilizadas por acaso. Há sempre objetivos sociais por trás da produção desses documentos, bem como da intenção e iniciativa de preservá-los (THOMPSON, 1992, p. 145). Da mesma forma, estatísticas sociais raramente oferecem um registro absolutamente fiel dos fatos em virtude da intervenção humana; filmes e fotografias são sempre passíveis de arranjos prévios ou de montagens posteriores; jornais e outros meios de comunicação escritos podem omitir ou enviesar informações; autobiografias se estruturam em torno de um conteúdo positivamente selecionado, assim como as correspondências são escritas para atender as expectativas de um destinatário (THOMPSON, 1992, p. 140-146). Por conseguinte, nota-se que a objetividade absoluta tampouco reside nas fontes primárias. Desse modo, a subjetividade da evidência oral não a rebaixa a uma categoria de fonte menos importante, desde que utilizada adequadamente. Em suma, resta-nos admitir que “a credibilidade das fontes orais é uma credibilidade diferente” (PORTELLI apud THOMPSON, 1992, p. 184), posto que a história não aborda somente eventos, estruturas ou padrões de comportamento, mas também como estes são vivenciados e lembrados pelas pessoas (THOMPSON, 1992, p. 184).

É importante observar que, enquanto método qualitativo, a História Oral se encerra nos limites e perspectivas da pesquisa histórica do tempo presente, isto é, da contemporaneidade (NEVES, 2006, p. 30). Isto se justifica pelo fato de que a metodologia privilegia o relato das “testemunhas oculares”, que é algo relativamente simples de avaliar se comparado ao relato transmitido por muitas gerações. Esse último

encontra-se mais no domínio da Antropologia do que da História (THOMPSON, 1992, p. 188). Outra característica fundamental do método é a sua incompatibilidade com as generalizações. As fontes produzidas a partir da oralidade trazem visões particulares de processos coletivos e, assim sendo, a singularidade torna-se a tônica dominante (NEVES, 2006, p. 18-19). Isso não impede, todavia, o entrecruzamento de depoimentos para a busca de posições comuns e, eventualmente, para a verificação da fidedignidade de determinada informação – preferencialmente com o apoio de documentos. Em suma, a metodologia se propõe, basicamente, a traduzir memória em história, transformando-a em documentos passíveis de estudo e preservação.

3- Tipos de entrevistas

De acordo com a bibliografia especializada brasileira (ALBERTI, 1990; MEIHY, 2005; NEVES, 2006, entre outros), a História Oral compreende basicamente dois tipos de entrevistas: *depoimentos de história de vida* e *entrevistas temáticas*. Os *depoimentos de história de vida* visam, sobretudo, à reconstituição da trajetória de sujeitos históricos. Consistem em depoimentos bastante aprofundados, que partem da infância do depoente e se encerram no tempo presente. Depoimentos desse tipo podem se estender por muitas horas e, não raras vezes, se desdobrar em mais de um encontro. As histórias de vida podem ser úteis a pesquisas que buscam recolher vários depoimentos ou podem ser exclusivamente biográficas (NEVES, 2006, p. 21). O depoimento de história de vida pode ser subdividido em outros três tipos: *depoimento biográfico único* – referente a um único personagem; *pesquisa biográfica múltipla* – conjunto de depoimentos de história de vida que busca recolher informações sobre um grupo ou movimento e; por último, a *pesquisa biográfica complementar* – depoimentos acoplados a uma pesquisa cujas fontes principais não provém da história oral (NEVES, 2006, p. 22).

O segundo tipo, isto é, a *entrevista temática*, refere-se mais especificamente às experiências, processos ou eventos vividos ou testemunhados pelos entrevistados. As entrevistas temáticas podem ser tanto desdobramentos dos depoimentos de história de vida, quanto compor um elenco específico de entrevistados com vistas a levantar informações sobre determinado tema de pesquisa (NEVES, 2006, p. 22). Lucília Neves propõe a adição de um terceiro item a essa tipologia: as *entrevistas de trajetória de vida*, que são, na realidade, depoimentos de história de vida menos detalhados. Para a autora, esse tipo de entrevista é útil quando o depoente dispõe de pouco tempo ou na

situação inversa, isto é, quando o entrevistador, por razões de deslocamento, limitações de recursos orçamentários ou outros fatores, não pode dispender muitos dias em encontros múltiplos. No entanto, como observa Neves, esse tipo de entrevista ainda não se consolidou nas práticas da comunidade de pesquisadores, mas não deixa de ser um recurso disponível (NEVES, 2006, p. 23).

4 - Escolha do tipo de entrevista

A escolha do tipo de entrevista a ser empregado pelo *Núcleo de Referência da Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho* não é tarefa trivial. Isso ocorre pelo fato de que a natureza da pesquisa exige uma abordagem singular frente às suas congêneres. Primeiramente, cumpre lembrar que se objetiva reconstituir a trajetória, ideias e realizações de uma pessoa já falecida. Desse modo, descarta-se, naturalmente, o *depoimento de história de vida* clássico no qual o depoente narra a própria trajetória. Em segundo lugar, a *entrevista temática* não proporciona depoimentos suficientemente detalhados para fornecer informações sobre toda a trajetória do Prof. Paulo Neves, mas, por outro lado, é necessária para abordar tudo aquilo que diz respeito às suas ideias e lições. Portanto, o que propomos é uma abordagem mista.

O plano de trabalho deve ser desenvolvido em três fases. Na primeira etapa da fase inicial adotar-se-á uma variação do *depoimento de história de vida* que, para os fins almejados, será direcionada aos familiares do Prof. Paulo Neves, preferencialmente seus irmãos, bem como seus colegas de escola e faculdade ainda vivos. Busca-se com isso, a reconstrução do ambiente familiar, assim como dos contextos social, escolar e acadêmico do Brasil e de Minas Gerais na primeira metade do século XX. Dessa forma, as trajetórias de vida desses personagens podem contribuir consideravelmente para a busca de informações sobre a fase inicial da vida de Paulo Neves de Carvalho, mesmo que indiretamente. Observamos que não obstante possa e deva haver certo conteúdo temático no interior dessas entrevistas, isto é, o tema da trajetória do Prof. Paulo Neves, não se deve perder de vista a trajetória de vida dos próprios entrevistados. Todavia, os roteiros das referidas entrevistas não precisam necessariamente compreender a trajetória completa do entrevistado, pois o foco deve ser mantido sobre os períodos mais remotos de suas vidas. Não há necessidade, contudo, de se definir a priori critérios rígidos a respeito da abrangência dessas entrevistas. Portanto, mais do que uma variação do *depoimento de história de vida*, o que se propõe é uma entrevista de tipo híbrido, tendo

em vista que a mesma deve conter elementos de depoimento de história de vida e de história temática.

Em uma segunda etapa, propomos o uso de *entrevistas temáticas* com o objetivo de obter mais informações a respeito da dimensão pessoal da trajetória do Prof. Paulo Neves – não necessariamente sobre os primeiros anos da sua vida –, assim como a relação desta com a sua carreira. Assim, os informantes privilegiados devem ser familiares próximos de Paulo Neves de Carvalho e pessoas que o auxiliaram diretamente em atividades profissionais.

A segunda fase do plano de trabalho envolve a realização de *entrevistas temáticas* a fim de, a princípio, extrair, das memórias dos colegas de docência e colegas de trabalho na administração pública do Prof. Paulo Neves, as reminiscências de suas práticas profissionais, ideias e convicções científicas. Assim, no que se refere às entrevistas dos colegas de docência, os roteiros de entrevista devem visar, primeiramente, ao esclarecimento dos diversos contextos intelectuais atravessados por Paulo Neves de Carvalho ao longo de sua carreira docente e, naturalmente, à compreensão da relação entre suas ideias e esses contextos. Em segundo lugar, as entrevistas desse grupo de pessoas serão úteis para a reconstituição do ambiente acadêmico, das práticas de ensino então vigentes e, sobretudo, da singular pedagogia do Prof. Paulo Neves. A essa categoria de entrevistados, deve-se somar, em outra etapa, os colegas de trabalho de Paulo Neves que atuaram junto a ele na administração pública municipal e estadual, de modo que se possa reconstituir sua atuação como gestor público, assim como suas principais realizações e legados.

Por fim, na terceira fase, propõe-se novamente o emprego de *entrevistas temáticas*, as quais, dessa vez, serão direcionadas aos ex-alunos do Prof. Paulo Neves, preferencialmente seus ex-orientandos. Nesse tipo de entrevista, deve-se investigar os elementos relacionados à pedagogia do professor e, sobretudo, às lições deixadas pelo mesmo, seja nas bancas avaliadoras, no interior das salas de aula ou fora delas. O plano de trabalho proposto pode ser esquematizado da seguinte maneira:

1. **a) Entrevista híbrida:** *depoimento de história de vida* combinado com *entrevista temática*. Público alvo: familiares de Paulo Neves de Carvalho – preferencialmente seus irmãos –, colegas de escola e faculdade ainda vivos;

- b) Entrevista temática.** Público Alvo: Familiares de Paulo Neves de Carvalho – esposa e filhos;
2. **c) Entrevista temática.** Público Alvo: colegas de docência de Paulo Neves de Carvalho;
- d) Entrevista temática.** Público Alvo: colegas de trabalho que atuaram junto a Paulo Neves de Carvalho na administração pública;
3. **e) Entrevista temática.** Público Alvo: ex-alunos de Paulo Neves de Carvalho – preferencialmente ex-orientandos.

A equipe de pesquisa deve preferencialmente realizar uma etapa por vez e observando a sequência sugerida, posto que o conteúdo das primeiras entrevistas fornecerá subsídios para a elaboração dos roteiros subsequentes .

5 - Roteiros de entrevista

O trabalho do entrevistador deve ser orientado por roteiros previamente elaborados pela equipe de pesquisa. Segundo Lucília Neves, os roteiros devem conter a síntese das questões levantadas na pesquisa – bibliográfica e documental – realizada antes do início das entrevistas (NEVES, 2006, p. 26). As orientações gerais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas sugerem a preparação de três tipos de roteiro, a saber: um *roteiro geral* com perguntas genéricas sobre a trajetória de uma pessoa, para o caso de depoimentos de história de vida; *roteiros individuais*, que cruzam informações biográficas com o roteiro geral; e por último, *roteiros parciais* correspondentes ao número de sessões de uma entrevista – o roteiro parcial visa à preparação de sessões subsequentes de uma entrevista que não se encerrou em um único encontro (ALBERTI, 1990, *passim*). Os roteiros direcionados às entrevistas temáticas são relativamente mais simples, pois não necessitam abordar detalhes biográficos do depoente. Porém, isso não exime o entrevistador de estudar ao menos alguns elementos básicos da biografia do entrevistado.

Recomenda-se, de maneira geral, que os roteiros sejam preparados apenas após o aceite do entrevistado, de modo a otimizar o trabalho da equipe de pesquisa; que sejam flexíveis e adequados à linguagem e ao vocabulário do entrevistado; e, sobretudo, que sejam apenas um “mapa da memória”, e não uma camisa de força que limite o depoimento (NEVES, 2006, p. 26). No que se refere à elaboração das perguntas, Paul Thompson sugere alguns princípios básicos. As perguntas devem ser simples, diretas e em linguagem comum. Perguntas longas e complexas tendem a ser parcialmente respondidas, ao passo que podem entediar o entrevistado, desviando assim sua atenção. Recomenda-se o uso de perguntas “abertas”, tais como “Conte-me a respeito de...”; “O que você pensa/acha disso?”. Para Thompson, há algumas boas palavras-chave a se usar nas perguntas tais como “explicar”; “comentar”; “comparar”, entre outras. Deve-se evitar perguntas forçadas, que sugerem uma resposta como, por exemplo, “Você sentia prazer em seu trabalho?”. Uma pergunta neutra como, “Você gostava do seu trabalho, ou não?” é mais adequada (THOMPSON, 1992, p. 260-262). Portanto, é importante reforçar a observação de que o roteiro orienta o entrevistador e nunca a entrevista. O roteiro deve ser visto apenas como um guia para consulta. Além disso, muitas perguntas oportunas surgem ao longo da entrevista sem terem sido previstas. Assim, o entrevistador não deve se prender demais ao roteiro.

6 - A entrevista

6.1 - Formalidades iniciais

As entrevistas devem ser precedidas por um convite formal, de preferência na forma de um documento elaborado pela equipe de pesquisa. Em adição ao documento, deve haver um contato pessoal ou telefônico com o entrevistado a fim de expor-lhe a finalidade e natureza da pesquisa, as linhas gerais da metodologia empregada e qual será o seu papel nisso tudo. É importante que o agendamento da entrevista ocorra em função da disponibilidade do entrevistado.

6.2 - Execução da entrevista

A entrevista de História Oral difere consideravelmente de uma entrevista de cunho jornalístico. Primeiramente, não obstante oriente-se por um roteiro elaborado previamente, o entrevistador nunca deve pautar a entrevista. Em outras palavras, quem dita os rumos e o ritmo da entrevista é o entrevistado, sobretudo nos depoimentos de

história de vida. A ansiedade de um entrevistador em interromper uma divagação do entrevistado pode privá-lo de informações valiosas, pois, afinal, o entrevistado encontra-se num processo no qual acessa memórias de longo prazo e, dessa forma, é natural que esse caminho seja um tanto quanto tortuoso e, por vezes, pouco objetivo. Em segundo lugar, o pesquisador visa, sobretudo, a aprender com o entrevistado algo que desconhece, isto é, ele não possui uma lista de informações previamente conhecidas as quais deseje extrair do entrevistado. Nesse sentido, o pesquisador responsável pela entrevista deve intervir o mínimo possível sobre ela. O papel do entrevistador na História Oral não é, portanto, o de extrair informações do depoente, mas o de conduzir a entrevista de modo que o entrevistado as forneça da maneira espontânea.

O papel da condução de uma entrevista de história oral é, essencialmente, o de estimular a memória do entrevistado. Para obter bons resultados, o pesquisador deve possuir profundo conhecimento acerca das temáticas envolvidas e, da mesma forma, deve estar bem informado a respeito da biografia do entrevistado. A condução deve, igualmente, procurar orientar o entrevistado a expor suas lembranças em ordem cronológica e organizada, pois o produto final da entrevista será uma transcrição da mesma, isto é, um documento escrito. Assim, o entrevistador deve ter em mente o tempo todo que o público da entrevista será um leitor, o qual pode se perder em meio a um texto sem nexo ou mesmo se desinteressar pela leitura do mesmo. No entanto, se o entrevistado insistir em quebrar a sequência cronológica, seu desejo deve ser respeitado e, nesse caso, cabe ao entrevistador adicionar perguntas pontuais de modo que os argumentos se façam claros.

A condução da entrevista pressupõe, ainda, o mínimo possível de intervenções do entrevistador. Isto é fundamental tanto para não se interromper o esforço de rememoração do entrevistado – o que pode ser rude –, quanto para não atrapalhar a fluidez do seu discurso. Mesmo que o roteiro de entrevista possua uma infinidade de tópicos e perguntas, sendo a entrevista bem conduzida, o entrevistado irá respondê-las sozinho – mesmo sem conhecê-las – ao longo da sua narrativa sem a necessidade de muitas intervenções. No entanto, caso o entrevistado realize saltos no tempo ou se perca em sua narrativa, passando de um tópico para outro antes da hora sem perceber, cabe ao entrevistador reconduzi-lo educadamente ao raciocínio original caso seja realmente necessário.

Em suma, busca-se um depoimento do entrevistado e não exatamente um diálogo entre ele e o entrevistador. Assim, a entrevista deve seguir uma linha mais informal e relaxada, não devendo se prender a uma estrutura do tipo “pergunta/resposta”, de modo a deixar o entrevistado mais à vontade. Ela deve se parecer mais com uma conversa, porém, uma conversa na qual uma das partes deve permanecer mais apagada. É imperativo que o entrevistado não se sinta em um interrogatório, pois assim ele pode se inibir, limitando os resultados esperados.

No que toca ao estímulo à memória, o entrevistador deve valer-se do seu conhecimento do tema em questão e da biografia do depoente para, sutilmente, em intervenções pontuais, mencionar datas, nomes e acontecimentos que possam ajudar o entrevistado a acessar suas memórias. Complementarmente, o entrevistador pode fazer uso de documentos previamente coletados para, desde que seja realmente pertinente, mostrá-los ao entrevistado. A exposição de um álbum de fotografias pessoal por parte do entrevistado, apresentando pessoas, lugares e épocas pode estimular a emergência de memórias que normalmente não viriam à tona apenas por meio da narrativa. Todavia, este último procedimento deve acontecer antes do início da entrevista, durante um intervalo, ou entre sessões quando houver mais de uma, pois se ocorrer durante o depoimento o resultado pode ser contraproducente.

O cuidado para com a fluência do depoimento não deve ser perdido de vista. No que se refere às intervenções e perguntas do entrevistador, as mesmas devem ser sempre neutras, curtas e objetivas, visto que o protagonismo da entrevista pertence exclusivamente ao entrevistado. Nesse sentido, como observa Paul Thompson, o entrevistador deve evitar contradizer o entrevistado ou discutir com ele (THOMPSON, 1992, p. 272). Atitudes desse tipo podem arruinar uma entrevista, levando, dependendo do grau de indisposição gerado, até mesmo ao encerramento prematuro da mesma. Portanto, o entrevistador precisa ter plena consciência de que em uma entrevista de história oral sua opinião não é importante. Qualquer manifestação de opinião deve ser deixada para um momento posterior à entrevista e, ainda assim, com toda a polidez possível, haja vista que, como discutiremos mais adiante, a relação com o entrevistado não se encerra com o ato de desligar o gravador.

Boa parte dos cuidados mencionados há pouco tem a ver também com um perfil desejável do entrevistador. Para Thompson, um bom entrevistador deve possuir

interesse e respeito pelas pessoas; deve ser flexível em relação às reações do entrevistado; deve ser capaz de demonstrar compreensão e simpatia pelas opiniões do mesmo; e, acima de tudo, possuir disposição para ficar calado e escutar (THOMPSON, 1992, p. 254). A essas recomendações acrescentamos algumas outras. O entrevistador deve possuir um grau de concentração compatível com a tarefa, de modo que seja capaz de acompanhar cada palavra, argumento ou ilação sem demonstrar sinais cansaço. Um simples bocejo por parte do entrevistador pode induzir o entrevistado a pensar que sua narrativa seja desinteressante, desencorajando-o a aprofundá-la. Da mesma forma, demonstrações de ansiedade tais como agitar de pernas ou consultas frequentes ao relógio podem levar a resultados similares. No que se refere ao controle do tempo, há de se ter em mente que as entrevistas de história oral, sobretudo as de história de vida, tendem a ser longas. Portanto, deve-se partir do suposto que o entrevistado dita o ritmo e a extensão da entrevista. Ele deve parar de falar quando não tiver mais nada a dizer. As entrevistas excepcionalmente longas podem continuar em outras sessões. Nestes casos, o entrevistador deve sugerir o encerramento das atividades do dia, justificando a interrupção em vista da necessidade da realização de outro encontro. No caso de o depoente ser exageradamente prolixo, o entrevistador deve valer-se da sua flexibilidade para encerrar a entrevista sem ser rude.

A bibliografia especializada é praticamente unânime quanto ao número de pessoas envolvidas em uma entrevista de história oral. Da parte da equipe de pesquisa, o ideal é que não haja mais do que dois pesquisadores, pois, com um número maior, o entrevistado pode sentir inquirido. Sendo assim, recomenda-se, de maneira geral, que um pesquisador conduza a entrevista e que outro o assista com a operação do equipamento de gravação, com a tomada de notas – especialmente de nomes próprios, datas, lugares, siglas – e manuseio de documentos – alguns autores recomendam a presença de um técnico de som, figura que julgamos desnecessária com o advento da gravação digital. Dessa forma, o entrevistador principal pode se concentrar exclusivamente na narrativa do depoente, podendo assim conduzi-la de forma eficiente e sem correr o risco de demonstrar desinteresse ao executar outra tarefa que não seja a de ouvir. O entrevistador assistente pode, dependendo do seu grau de preparo, intervir caso o principal não dê a devida atenção a um tópico importante. No entanto, uma conversa a três pessoas pode fazer com que o discurso do entrevistado se disperse e,

além disso, compromete a qualidade da transcrição em razão de um número exagerado de intervenções.

Da parte do entrevistado, não é raro que outras pessoas, tais como familiares e assessores estejam presentes no local da entrevista. Quanto a isso, a bibliografia especializada recomenda que estes se retirem, se possível. A presença de pessoas estranhas ao processo pode inibir o entrevistado, fazendo com que ele evite tocar em assuntos que as envolva. A intervenção de assessores por sua vez é absolutamente indesejável, sobretudo daqueles que tendem a bajular o entrevistado enumerando seus feitos e virtudes. Contudo, no caso de um entrevistado com idade avançada, a presença de um familiar pode ser útil, na medida em que este pode ajudá-lo a se lembrar de detalhes que lhe tenham escapado à memória em um primeiro momento. Porém, se o familiar insistir em ampliar sua participação e verifique-se que de fato ela seja muito útil, o pesquisador pode sugerir que ele próprio dê o seu depoimento em uma ocasião oportuna. Isso normalmente é o bastante para que o mesmo se cale. Entretanto, há de se tomar cuidado com a criação de falsas expectativas. O descumprimento de uma promessa pode soar sobremaneira deselegante.

Quanto ao local da entrevista, o mesmo deve ser um espaço familiar e confortável para o entrevistado, de preferência sua casa, apartamento, escritório ou gabinete. Sendo assim, fica claro que o entrevistador visita o entrevistado e nunca o contrário. Ao chegar ao recinto escolhido pelo entrevistado, a equipe deve prestar atenção a ruídos externos ao ambiente de modo que possam escolher um cômodo mais silencioso para que não haja interferência no áudio da gravação. O ruído de aparelhos de ar condicionado costuma comprometer as gravações de áudio. Portanto, é recomendável desligá-los se possível ou, caso contrário, deve-se realizar a entrevista em outro cômodo ou, ainda, caso o cômodo seja único, os assentos dessem ser arranjados de modo que gravador e entrevistado fiquem longe do ar condicionado.

O equipamento de gravação mais recomendável atualmente é o gravador digital, seja na forma de um equipamento dedicado, ou até mesmo na forma de um *smartphone* moderno. Por incrível que pareça, atualmente os últimos tendem a possuir qualidade de áudio superior aos primeiros. É recomendável que se use dois equipamentos de gravação simultaneamente, pois todo aparelho pode apresentar defeito, mau funcionamento ou sofrer erros de operação. Não é raro acontecer a contaminação da

memória do gravador digital por vírus de computadores, os quais podem danificar os dados gravados. Dessa forma, os computadores nos quais os arquivos de áudio forem descarregados devem possuir software antivírus instalado e atualizado. A perda de uma gravação por descuido ou falha no equipamento gera um dano irreparável, pois cada depoimento é único e, mesmo que este seja repetido em outra ocasião, grande parte de sua espontaneidade será perdida para sempre. Além disso, um episódio dessa natureza depõe fortemente contra o profissionalismo da equipe de pesquisa. Assim, em face do baixo custo dos gravadores digitais, é imperativo que se recorra à redundância no procedimento de gravação.

Os gravadores devem ser colocados em posição equidistante entre entrevistador e entrevistado, de preferência sobre uma superfície que não esteja com contato com as pessoas envolvidas. Esse cuidado objetiva evitar que ruídos provenientes de contatos com o móvel sejam captados pelo gravador. Algumas pessoas possuem o hábito de percutir nos móveis que lhes estão ao alcance, seja com as mãos ou com objetos – canetas, por exemplo –, sobretudo em razão de nervosismo ou ansiedade. Estes ruídos podem comprometer a gravação, pois são amplificados pela acústica do móvel e pelo microfone do gravador. Dessa forma, o ideal é que os gravadores repousem sobre uma pequena mesa ou cadeira.

Outro equipamento de gravação muito útil para o uso em entrevistas é a câmera digital portátil – que pode substituir um dos gravadores. Além de geralmente possuir microfones de altíssima qualidade, a câmera facilita em muito o trabalho de transcrição do áudio, visto que pequenas falhas na dicção do entrevistado, ruídos externos repentinos e outros inconvenientes podem ser contornados por meio da leitura labial. No entanto, o maior benefício da gravação da imagem é a captura de expressões faciais e, sobretudo, dos gestos do depoente. É bastante comum que os entrevistados simulem o tamanho ou altura de um objeto ou aponte para uma parte do corpo, por exemplo. Os gestos mais significativos devem ser posteriormente registrados na transcrição em nota explicativa, uma vez que muitos deles são necessários para a compreensão da mensagem transmitida pelo entrevistado. Dessa forma, o uso da câmera digital pode contribuir muito para o caso de o entrevistador ou seu assistente não terem tomado nota de algum gesto ou expressão relevante. O benefício da imagem é, portanto, o de tornar o trabalho de transcrição mais eficiente, ágil, e, por que não, menos tedioso. Todavia,

algumas ressalvas devem ser feitas a respeito do uso desse recurso. A gravação das imagens deve ser realizada apenas para os fins mencionados, não devendo haver qualquer pretensão de se produzir um filme para exibição. Isso se justifica, primeiramente, porque o entrevistado pode se sentir desconfortável ou despreparado em termos de aparência pessoal. Além disso, por melhor que seja a câmera, um vídeo gravado nessas condições sempre terá um ar de filme amador, pois não há preparo da iluminação ou arranjo prévio do local da entrevista para fins estéticos. Dessa forma, antes do início da entrevista, a equipe de pesquisa deve perguntar ao entrevistado se ele autoriza o uso da câmera, bem como expor o fato de que as imagens servirão apenas para uso da equipe de pesquisa, não havendo possibilidade de exibição pública.

6.3 Formalidades finais

Ao término da entrevista deve ser apresentado ao entrevistado um *termo de cessão* de direitos autorais da entrevista para que ele assine caso concorde com o conteúdo do mesmo. O termo de cessão é fundamental para resguardar juridicamente a equipe de pesquisa e sobretudo a instituição envolvida no que se refere ao uso dos depoimentos coletados. Deve ser oferecida ao entrevistado a alternativa de que ele fique de posse do documento caso opte por lê-lo com mais calma, remetendo-o mais tarde para a equipe. É imperativo que esse documento não seja apresentado antes da entrevista, pois o entrevistado pode se preocupar com as implicações do seu depoimento após uma análise superficial do termo e, assim, evitar tocar em alguns temas. Caso o entrevistado venha a falecer antes de assinar o termo, um documento da mesma natureza deve ser apresentado a seus herdeiros.

Além do termo de cessão, deve-se apresentar ao entrevistado um *termo de compromisso* da equipe de pesquisa, o qual deve esclarecer que a mesma se compromete a levar o conteúdo da entrevista ao público somente mediante sua estrita aprovação. Nesse sentido, deve ser exposto ao entrevistado que o conteúdo da entrevista será transcrito e, posteriormente, remetido a ele na forma impressa, a fim de que o mesmo o leia e, caso ache necessário, suprima trechos que julgue inapropriados. Além das supressões, pode ser sugerido ao entrevistado que ele faça acréscimos, caso tenha se lembrado de algum tópico importante que não foi mencionado no depoimento. Todavia, deve ser deixado bem claro que os acréscimos precisam ser realizados com muita parcimônia, pois podem comprometer a oralidade do discurso. A questão da aprovação do conteúdo das

entrevistas tem a ver sobremaneira com a postura ética da equipe de pesquisa, pois o entrevistado pode se arrepender de ter dito algo, sobretudo no que diz respeito a terceiros. Assim, ele deve ser tranquilizado quanto a isso. O termo de compromisso deve, ainda, esclarecer a natureza do uso que se fará da entrevista. Portanto, a transcrição do depoimento deve ser incorporada formalmente a um acervo somente após a observância dessas formalidades.

7 - Processamento da entrevista

7.1 - Transcrição

Tendo em vista que o objetivo último da História Oral é a constituição de documentos escritos, as entrevistas devem ser transcritas. Contudo, o procedimento de transcrição não é tarefa simples. Dessa forma, a transcrição deve ser necessariamente realizada por uma pessoa que possua um bom conhecimento da língua portuguesa, haja vista que os recursos da linguagem tais como pausa, melodia, entonação e até mesmo silêncios, precisam ser traduzidos em sinais de pontuação. O sentido original da fala somente pode ser preservado mediante o correto emprego desses sinais.

Essa etapa do processamento da entrevista visa, sobretudo, à manutenção da oralidade do discurso e, dessa forma, a transcrição deve ser o mais literal quanto for possível. Portanto, o transcritor deve ser orientado a reproduzir tudo o que foi dito, sem realizar cortes ou acréscimos (ALBERTI, 1990, p. 105). No entanto, uma vez que se trata de um documento escrito, a transcrição deve obrigatoriamente respeitar as normas ortográficas da língua. Assim, algumas contrações de palavras devem ser desmembradas. Por exemplo, “né?”, deve ser transcrito como “não é?”; “pra”, como “para” e assim por diante. Articulações abreviadas como, por exemplo, “eu vô”, também devem ser transcritas com a ortografia correta (ALBERTI, 1990, p. 105). Importa observar que a transcrição não precisa necessariamente ser realizada por um pesquisador, pois consome uma quantidade enorme de tempo.

7.2 – Apresentação da transcrição

Para ser compreensível e apresentável como documento, a transcrição de uma entrevista precisa respeitar uma série de convenções. A transcrição deve, assim, ser precedida de cabeçalho e ficha técnica contendo as informações básicas da entrevista tais como os nomes dos participantes, data e local, extensão da gravação entre outras. Abaixo estão

listadas algumas das principais convenções recomendadas pelo CPDOC (ALBERTI, 1990, passim):

- As falas dos participantes devem ser precedidas dos seus nomes, os quais devem ser grafados na forma de suas iniciais;
- Caso se empregue um gravador de fita ou uma câmera digital que grave o vídeo em *minidiscs*, as interrupções geradas pela troca das mídias devem ser grafadas como [FINAL DA FITA] ou [FINAL DO MINIDISC];
- Interrupções circunstanciais devem ser registradas como, por exemplo: [INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO para atender a ligação do “Dr. Fulano”].
- Ênfases realizadas pelo entrevistado para conferir destaque a palavras ou expressões devem ser registradas em *itálico*;
- Pausas exageradamente prolongadas que indiquem reflexão ou embaraço devem ser marcadas por: [silêncio]. Pausas curtas, porém maiores do que o valor de uma vírgula devem ser marcadas com reticências;
- Para traduzir o “clima” da entrevista, risos generalizados devem ser marcados como [risos]. Quando o riso parte apenas do entrevistado marca-se como [riso]. Ocasões nas quais o entrevistado manifesta sinais de emoção, tais como voz embargada ou lágrimas, são marcadas como [emoção];
- Trechos lidos pelo entrevistado devem ser marcados entre aspas, de modo a indicar a citação;
- Enunciados incompletos devem ser marcados por reticências;
- Palavras ou trechos inaudíveis no áudio da gravação devem ser marcados como [inaudível];

- Nas autocorreções imediatas – quando o entrevistado diz uma palavra, faz uma pausa e a corrige em seguida – deve-se suprimir a palavra corrigida a fim de evitar a impressão de ambiguidade.

Alguns eventos presentes na entrevista, mas que não são registrados no áudio, devem ser explicitados em nota de pé de página. Alguns exemplos são:

- Quando o entrevistado faz gestos;
- Quando o entrevistado não dá atenção à pergunta, deixando de respondê-la;
- Quando é preciso retificar pequenos enganos do entrevistado;
- Quando o entrevistado imita a voz de outrem ou simula algum ruído;
- Quando circunstâncias da entrevista são necessárias à compreensão de algum enunciado;
- Quando uma interrupção na gravação ocorre a pedido do entrevistado, caso deseje declarar algo em “off”;

7.3 - Conferência de fidelidade

Concluída a transcrição, que passa a ser o “material bruto” da entrevista, ela deve ser necessariamente revisada por um pesquisador, de modo que este confira a qualidade geral do texto, o emprego correto da pontuação e das convenções e, sobretudo, verifique se houve alterações de sentido ao longo do processo de digitação. Nessa etapa do processamento da entrevista, o pesquisador também avalia se nomes próprios, datas e siglas foram digitados corretamente. Outra tarefa que é de responsabilidade do pesquisador durante a conferência de fidelidade é a elaboração de notas de fim de página que demandem um conhecimento mais aprofundado do tema em questão.

7.4 - Copidesque

O último tratamento a ser recebido pela transcrição é o copidesque. Esse processo objetiva ajustar o documento para a atividade de leitura (ALBERTI, 1990, p. 136). Ele consiste, por assim dizer, em uma tradução do discurso falado para o discurso escrito. O copidesque não deve, no entanto, alterar a ordem de palavras ou substituí-las por outras, respeitando, assim, a correspondência entre o que foi dito e o que está escrito. Sua ação sobre o texto limita-se a corrigir erros de concordância, regência, ortografia, acentuação; ajustar o texto às normas de uniformização (letras maiúsculas e minúsculas, numerais

etc.) e adequar a linguagem escrita ao discurso oral (ALBERTI, 1990, p. 136). Uma vez realizado o copidesque, a transcrição passa a um estado passível de arquivamento, podendo ser disponibilizada para consulta externa. Em geral, após esse processo, a entrevista pode ser utilizada para publicação. Contudo, a publicação de várias entrevistas em um único volume pode esbarrar em problemas de espaço, haja vista que algumas entrevistas podem ser demasiado longas. Assim, é razoável que o organizador da publicação proceda à supressão de alguns trechos das entrevistas a fim de produzir versões mais concisas. Porém, é fundamental que se indique na publicação que a entrevista não se encontra completa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, Verena. *Historia oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1990.

_____. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Coord). *História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MEIHY, José Carlos. *Manual de história oral*. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. Projeto História, nº10, p. 7-28, dez, 1993.

THOMPSON, Paul Richard. *A voz do passado: historia oral*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *The Edwardians: the remaking of British society*. Routledge, 2005.